

LINGUAGEM NATURAL E MENTE

Renato SCHAEFFER
(PUC-RJ)

ABSTRACT

The objective of this paper is to defend Searle's concept of language. First, the two predominant trends in the philosophy of language - here called internalism (Chomsky and Fodor) and externalism (Ryle and Wittgenstein) - are put face to face. These maior trends are then argued to be unsatisfactory as explanations of meaning. Searle's view is presented as a third alternative: language is a species of the genus intentional action, this genus being characterized in terms of conditions of satisfaction represented in the mental content of the action. The agent has, following Pred, non-observational awareness of this content. The species language is analysed as imposition of meaning, i.e., imposition of (semantic) conditions of satisfaction on other (physical) conditions of satisfaction of the action.

RESUMO

O objetivo do artigo é defender a concepção de Searle acerca da linguagem. Primeiro, são apresentadas as duas correntes predominantes na filosofia da linguagem - aqui chamadas de internalismo (Chomsky e Fodor) e externalismo (Ryle e Wittgenstein) e comparadas entre si. É mostrado então que estas correntes principais são insatisfatórias enquanto

explicações do significado. A visão de Searle é apresentada como uma terceira alternativa: a linguagem é uma espécie do gênero ação intencional, este gênero sendo caracterizado em termos de condição de satisfação representadas no conteúdo mental da ação. O agente tem, seguindo Pred. é consciência não-observacional deste conteúdo. A espécie linguagem é analisada como imposição de significado, i.e., imposição de condição de satisfação (semânticas) sobre satisfação sobre outras condições de satisfação (físicas) da ação.

Este trabalho está dividido em três partes. Na primeira, tento caracterizar brevemente as duas posições atualmente predominantes na filosofia da linguagem, internalismo e externalismo. Na segunda, apresento as críticas básicas a estas duas concepções. Por último, defendo uma terceira concepção, segundo a qual a linguagem natural é essencialmente devida à intencionalidade mental. Intencionalidade é aqui analisada em representação intrínseca de condições de satisfação, de acordo com o trabalho de John Searle.

1. INTERNALISMO E EXTERNALISMO

De maneira muito esquemática e simplificada, podemos dizer que há atualmente duas concepções filosóficas principais acerca da linguagem humana: internalismo e externalismo. Representantes clássicos do internalismo seriam Chomsky e Fodor, e do externalismo, Ryle e Wittgenstein.

O internalismo pretende ser uma espécie de programa científico, em que o comportamento lingüístico seria explicado causalmente com base num modelo teórico hipotético, o modelo computacional da mente. Basicamente, haveria uma gramática universal - isto é, regras de geração e transformação de sentenças - realizada na neurologia do cérebro. Estas regras estariam para os neurônios do córtex assim como um programa de computador está para a máquina em que é rodado. O programador da gramática universal seria a evolução natural.

O externalismo vê as coisas de modo completamente diferente. Não se trata, aqui, de procurar explicações causais para a linguagem natural. Para o externalista, é a linguagem natural que

cria a possibilidade e impõe os limites das perguntas significativas, científicas ou filosóficas. Não faz sentido buscar explicações naturais para a linguagem em geral, diz o externalista, no máximo podemos elucidar fatos particulares da prática lingüística. Uma explicação natural, causal, é um tipo de prática institucional, e não algo externo à linguagem natural como um todo.

Não se trata, então, para o externalismo, de um confronto com a psicologia internalista para uma decisão empírica sobre qual é a melhor entre duas teorias rivais. "Existem na psicologia métodos experimentais e *confusão conceitual*", diz Wittgenstein¹. Seria confusão conceitual voltar-se, com olhos de cientista, para fatos gerais e fundamentais da linguagem, pois estes fatos são institucionais, não naturais. (É claro que é possível a investigação científica de fatos como a produção de sons vocais na emissão fonética.) Kant nos impede de procurar causas para os fenômenos em geral; Wittgenstein nos impede de procurar causas para a linguagem em geral.

Segundo o internalismo, o falante competente tem algum tipo de contato interno com representações das regras, um "conhecimento tácito". Assim, o modelo computacional é diferente, digamos, do modelo gravitacional. Falantes seguem regras num sentido muito diverso do sentido em que um corpo segue a lei da gravitação. Mas as regras da gramática não deixam de ser leis naturais, dadas geneticamente.

Enquanto as regras da gramática universal atendem, por assim dizer, às exigências da evolução natural, para o externalista as regras lingüísticas atendem a exigências institucionais intrínsecas.

É bem conhecido o ataque de Ryle ao internalismo, Diz Ryle: "a lenda intelectualista é falsa... quando descrevemos um desempenho como inteligente, isto não implica uma dupla operação de considerar e executar"².

Na verdade, o ataque de Ryle contém dois pontos distintos. O primeiro é que não temos consciência de qualquer operação intelectual quando agimos normalmente. Ryle cita como exemplo o caso de um humorista, que "sabe como produzir boas

piadas e detectar piadas ruins, mas não é capaz de dizer como produzir boas piadas e detectar piadas ruins³.

Esta crítica não causa embaraço ao internalista. Eis a resposta de Chomsky:

O estudo da linguagem parece-me sugerir que a doutrina da acessibilidade em princípio dos conteúdos da mente deveria ser abandonada, mesmo como ponto de partida. Não ha razão para supor que nós temos qualquer acesso privilegiado aos princípios que entram no nosso conhecimento e uso da linguagem...⁴

O segundo ponto da crítica de Ryle é que a postulação de um "fantasma dentro da máquina" carece de força explanatória. Tal agente "interno", diante de representações internas, precisaria saber como se portar, e tal habilidade parece ter a mesma complexidade da habilidade do agente "externo", tanto no caso de escovar os dentes como no caso de compor uma música dodecafônica, por exemplo. O internalista estaria, então, diante de um dilema, cujos "chifres" são um círculo vicioso e uma redução ao infinito.

Fodor responde que não há círculo vicioso aqui, já que não há um fantasma, um homúnculo, mas um número indefinidamente grande de homúnculos especialistas em tarefas elementares. Se houvesse um fantasma antropomorfizado, Ryle teria razão. O progresso da psicologia científica resultará, acredita Fodor, na postulação teórica de um número crescente de micro-homensinhos, encarregados de tarefas cada vez mais simples. Diz Fodor:

Se toda operação do sistema nervoso é idêntica a alguma seqüência de operações elementares, nós evitamos a proliferação de nomenclaturas ao fazer com que uma teoria psicológica completa seja expressa em seqüências de instruções elementares...⁵

Assim, não há redução ao infinito porque o processo de desdobramento de homenzinhos em outros menores termina no nível do sistema nervoso, E não há círculo vicioso porque,

finalmente, não é preciso falar em "know-how" para descrever a atividade elétrica elementar neuronal. Sem dúvida Fodor vê isso tudo muito mais como um ideal regulativo do que como meta atingível no futuro imaginável.

Uma diferença fundamental entre internalismo e externalismo diz respeito ao aprendizado de uma língua natural. Chomsky afirma que a faculdade da linguagem, com seu esquematismo inato, pode ser considerada propriamente como um "órgão mental"⁶. Estamos portanto sendo imprecisos, diz Chomsky, cada vez que, sob a influência do jargão empirista,

nós dizemos que a criança "aprende a língua", e não que a língua ("language"!) cresce ou amadurece, mas nós não falamos que o embrião ou a criança aprende a ter braços e não asas...⁷

Para o externalismo, bem ao contrário, aprender uma língua é adquirir uma habilidade prática através de treinamento, diferente de aprender a andar de bicicleta porque há regras institucionais envolvidas. Tais regras são constitutivas, Não meramente regulativas; isto é, não são regras que regulam atividades previamente existentes, mas que criam, constituem atividades em si.

Para o internalismo, o aprendizado da língua, embora necessário, não é decisivo para estabelecer a estrutura da língua, sua forma essencial. Wittgenstein, pelo contrário, afirma que não há uma "forma geral da proposição e da linguagem" no conjunto das práticas lingüísticas, mas apenas "semelhanças de família"⁸.

Para o externalismo, as possibilidades da linguagem são mesmo dadas pelas possibilidades de aprendizado. Assim, o significado de uma expressão é aquilo que pode ser ensinado quando se ensina o emprego da expressão. Daí a alegada impossibilidade de uma linguagem privada, tese central do externalismo: seria impossível treinar um aluno a associar uma expressão lingüística a um objeto psicologicamente privado.

Creio que isso basta para caracterizar internalismo e externalismo. Tentarei mostrar agora que estas concepções são ambas insatisfatórias.

2. CRÍTICAS AO INTERNALISMO E AO EXTERNALISMO

2.1 Crítica ao internalismo

Gostaria de formular inicialmente uma crítica ao internalismo como teoria sobre a mente em geral, não apenas com relação ao "módulo lingüístico". Em resumo, é-nos dito que processos mentais são essencialmente operações formais, sintáticas, sobre representações internas. Parece então que o modelo é composto de dois itens distintos, a saber, operações formais e representações. Mas, curiosamente, é apenas dos processos formais que o internalismo se ocupa. Diz Fodor:

... verdade, referência e o resto das noções semânticas não são categorias psicológicas. Eis o que são: são modos de "Dasein". Eu Não sei o que é "Dasein", mas estou certo de que há aos montes por aí...⁹

Isto me parece a própria redução ao absurdo do internalismo como teoria sobre a mente, pois a (possibilidade de) objetividade de estados mentais intencionais só poderia ser explicada, no modelo internalista, por uma explicação da natureza de tais representações internas. Mesmo que a tese da computação cerebral fosse verdadeira - admitindo aqui sua discutível inteligibilidade -, ela seria irrelevante como teoria sobre a mente, na medida em que é incapaz de explicar a intencionalidade mental.

Mas passemos à crítica específica à idéia internalista de explicar a linguagem com o recurso da gramática universal. Trata-se basicamente do argumento de Ryle já mencionado. Isto é: o conhecimento tácito de regras internas só é suficiente para dar conta da ação lingüística se possui uma complexidade de mesma ordem que esta. Neste caso, o homúnculo é já um falante da linguagem natural, e nada foi explicado. A deficiência explanatória aqui é do mesmo tipo da envolvida na semântica de Locke¹⁰, em que palavras são "sinais sensíveis de idéias"¹¹: como passar de uma lista de tais sinais, que representam uma lista de idéias, para um ato de fala complexo, como uma asserção ou uma promessa?

Resumindo, minha crítica ao internalismo é: é insatisfatória uma explicação da linguagem natural que recorre a um sistema interno essencialmente diverso da linguagem em si.

2.2 Crítica ao externalismo

O externalismo surge como uma resposta à insuficiência explanatória do internalismo. A explicação do fenômeno lingüístico, se não está e não pode estar "dentro" do falante, deve estar "fora", naquilo que Wittgenstein chamou de "forma de vida"¹².

Nesta concepção, o significado de uma sentença não é mais um composto de unidades atômicas, composto este que pudesse refletir um outro composto, mental ou cerebral¹³. Pelo contrário, o significado de uma sentença é um todo, dado pelo lugar lógico, digamos assim, de tal sentença na forma de vida. A possibilidade de um mecanismo interno, como defende o internalismo, é por assim dizer corolário da tese de que o significado de uma sentença é um composto estrutural. O que dá significado a uma sentença, diz o externalista, é o conjunto de práticas e instituições humanas, e isto não é compatível com a noção de que o significado de uma sentença é algo oculto.

Compreender o significado de uma sentença não envolveria, então, alguma espécie de operação interna, mental ou cerebral, mas envolveria o reconhecimento prático do lugar lógico de tal sentença no todo da língua.

A questão então é: pode o comportamento lingüístico de fato ser concebido como não envolvendo essencialmente atividade mental? O problema a ser enfrentado, a meu ver, é o de caracterizar o que exatamente está envolvido na produção e compreensão do significado de uma sentença.

Vimos que a tentativa internalista parece inadequada, pois não há como passar do "dentro" para o "fora", do cérebro para o ato de fala concreto. O externalista então simplesmente afirma que nada há de oculto atrás da prática lingüística. Concordo com o externalista que a explicação internalista em termos de mecanismo

cerebral, computação, etc. não pode ser aceita. Mas isso apenas nos fornece uma caracterização negativa do que é significar.

Outra caracterização negativa da significação lingüística é assim expressa por Baker e Hacker:

... de acordo com Wittgenstein... entender, significar e intencionar não são estados de qualquer espécie. Estados mentais são tais coisas como estar nervoso, excitado, alegre. Estes ocorrem por certo tempo e podem ser cronometrados, interrompidos e retomados. Seguem um curso, estão sujeitos a graus de intensidade e cessam durante o sono. Entender, significar e intencionar não são assim.¹⁴

Não resta a menor dúvida de que estados mentais com tal fenomenologia nada têm e não podem ter a ver com a significação. Significar não tem grau de intensidade, duração, etc. Mas qual a força de um argumento contra o mental na significação que oferece uma descrição do mental que não esgota o mental? Pois fica obviamente aberta a possibilidade de que significar envolva outro tipo de participação mental.

Tugendhat nos diz que a concepção do significado como uso "não pressupõe que o entendimento de uma expressão lingüística pertence a um contexto teleológico, o contexto de uma ação intencional"¹⁵. É fácil constatar que o externalismo não oferece uma caracterização positiva do que seja significar. Mas parece que isso deveria ser feito antes que se possa afirmar se há ou não há participação mental na prática da linguagem.

É preciso notar que a recusa do externalismo de buscar uma explicação mentalista para a significação não deve ser rotulada de behaviorismo psicológico. Não se trata aqui de pretender explicar a linguagem no esquema de estímulos e respostas. Imaginemos o seguinte: Eu sei que uma determinada lâmpada está queimada e, apesar disso, realizo automaticamente o movimento rotineiro de ligar o interruptor. O externalista não quer, sem dúvida, insinuar que a linguagem envolve essencialmente tal automatismo - não de direito, embora às vezes possa de fato, envolver. O

externalismo poderia mesmo comparar um ato de fala ao caso, no exemplo dado, em que eu me lembro de que a lâmpada está queimada a tempo de conter o braço antes de atingir o interruptor. E ainda aqui negará que haja alguma coisa intrínseca como intencionalidade mental.

O que o externalista defende é que não é possível explicar algo tão abstrato quanto a natureza da linguagem. Não é a natureza da linguagem que tem de ser explicada pela mente, é antes a natureza da mente que pode ser explicada pela linguagem. E aqui "natureza" não é algo absolutamente objetivo e exterior à linguagem. Para o externalista só é possível dizer o que é significação internamente à linguagem isto é, dizendo como se emprega a expressão "significação".

Tal antropocentrismo lingüístico me parece premissa, não conclusão de argumentação. Bem pelo contrário, creio que possível descrever a natureza da significação, e, o que é mais maravilhoso, empregando a própria linguagem natural. Isto é, podemos falar sobre a natureza da linguagem com os recursos desta mesma linguagem.

A melhor maneira de mostrar que uma caracterização positiva da significação é possível, é apresentar uma. É o que farei na parte final do trabalho, explicando a teoria intencionalista de Searle.¹⁶

3. LINGUAGEM E MENTE

Nosso ponto de partida, então, é que é preciso esclarecer a idéia de que linguagem é ação e significado é o uso. Trata-se de responder sucessivamente as duas perguntas seguintes: (1) Que é ação intencional em geral? (2) Que tipo de ação é a ação lingüística?

Creio que todos estão de acordo sobre o que tipicamente conta ou não como ação intencional. Se eu tiro meu chapéu, temos uma ação intencional; se o vento tira meu chapéu, não temos uma ação intencional. Até aqui nada deve haver de polêmico: não falamos em mente, teleologia, etc. É um fato - podemos mesmo

falar com o externalista que é um fato de nossa linguagem - que distinguimos, dentre todos os movimentos físicos, uma classe particular de movimentos, a classe das ações intencionais.

Mas a esta distinção que todos fazemos deve corresponder uma diferença. Qual é esta diferença? Qual é o critério para a distinção? Esta pergunta admite duas respostas. A primeira, a do senso comum, é que só animais são capazes de ação intencional. A segunda resposta, que é a que nos interessa, envolve a caracterização lógica de ação intencional.

Dizemos que um movimento físico é tipicamente uma ação intencional se e somente se admite a possibilidade de êxito ou fracasso. Uma ação intencional pressupõe um agente, na medida em que êxito ou fracasso da ação é sempre êxito ou fracasso de um agente. O agente pode ser mesmo definido como aquele unicamente para o qual se coloca propriamente a questão de êxito ou fracasso.

O ponto crucial vem agora: quero mostrar que há um conteúdo intencional intrínseco a toda ação, e justamente na mente do agente. Ora, o agente é sempre capaz, se não de fato, ao menos de direito, de saber, uma vez completada a ação, se houve êxito ou fracasso. A única descrição correta de uma ação enquanto ação é uma descrição que o agente reconhece como descrevendo as condições de satisfação representadas em sua mente quando ele estava agindo. Vemos assim como é possível que o agente seja sempre em princípio capaz de saber imediatamente, sem observação ou inferência, se sua ação teve êxito ou não. É que já estavam representadas na consciência do agente, enquanto ele agia, as condições requeridas para ele ter êxito. Chamarei tais condições, seguindo Searle, simplesmente de condições de satisfação. Noutras palavras, então, toda ação é acompanhada da representação de suas condições de satisfação. Só isso pode explicar como o agente é capaz de saber, sem observação ou inferência, se foi bem-sucedido. O conteúdo intencional da ação específica, para o agente, o que conta como sucesso, e durante a ação ele nunca deixa de saber, portanto, o que conta como sucesso. Ao fim da ação, ele compara o resultado com as condições exigidas para que o resultado conte como êxito, e pode ver se houve êxito ou não.

Considero, portanto, equivocadas as seguintes palavras de von Wright:

/A intencionalidade/ não é um ato mental ou uma experiência acompanhando /o comportamento/ ... O comportamento adquire seu caráter intencional por ser visto pelo próprio agente ou por um observador externo numa perspectiva mais ampla, por ser colocado num contexto de metas e cognições.¹⁷

A concepção de Searle me parece muito mais intuitiva: tudo que é preciso para caracterizar logicamente um movimento físico como ação é que haja condições intrínsecas de satisfação. Para saber se determinado movimento de meu braço é intencional ou não basta verificar se tal movimento é acompanhado pela representação de condições de satisfação. Não há nada a ser verificado em nenhum contexto externo ao movimento do braço.

É preciso imediatamente esclarecer dois pontos. Primeiro, não há necessidade de intenção prévia para que se tenha uma ação intencional. Uma ação é intencional independentemente de qualquer deliberação, silogismo prático, etc. A confusão de von Wright está ligada a este ponto: ele não consegue tomar uma ação por si própria, por seu conteúdo intencional intrínseco, sem referência a intenções prévias.

O segundo ponto é que nada foi aqui afirmado acerca da fenomenologia da realização psicológica do conteúdo intencional. Que o agente tenha consciência das condições de satisfação da sua ação não implica na existência de sensação muscular, experiência de imagens, etc.

Wittgenstein pergunta: "o que resta se subtraio do fato de que eu levanto meu braço o fato de que meu braço se levanta?"¹⁸ De acordo com o que foi exposto, a resposta é: o que resta é a representação intrínseca das condições de satisfação da ação, a saber, que meu braço se levante. E não há necessidade nem de intenção prévia de mover o braço, nem de uma imagem mental do movimento do braço acompanhando a ação.

Tendo, então, caracterizado logicamente a ação intencional em geral em termos da representação intrínseca de suas condições de satisfação, a questão seguinte é: que é ação lingüística? Isto é, dada a caracterização do gênero ação, como caracterizar a espécie ação lingüística? Trata-se, já podemos ver, de especificar as condições de satisfação deste tipo de ação.

Quando, numa ação lingüística, faço vibrar minhas cordas vocais ou produzo marcas sobre uma folha de papel, as condições de satisfação de tais ações obviamente não se restringem à produção de eventos físicos. Assim, se produzo marcas no papel que lemos como "O céu está azul", o que conta tipicamente como êxito de minha ação não é apenas que o papel fique rabiscado de uma forma peculiar, mas que sobretudo lá fora o céu esteja azul de fato. Isto é, o tipo de ação que realizei com a caneta escrevendo "O céu está azul" tem condições de satisfação mais complexas do que uma ação de erguer o braço. Mas esta é uma complexidade especial, diferente da complexidade, por exemplo, de uma ação de colocar óculos escuros para que ninguém perceba que estou cochilando durante uma palestra.

Trata-se agora de especificar tal complexidade. Podemos ver, no exemplo acima, que minha ação pode fracassar se as marcas peculiares não forem produzidas ou se o céu não estiver de fato azul. Mas o segundo fracasso só pode ocorrer se houver êxito na produção das marcas. Este conteúdo intencional complexo, conforme presente na mente do agente, seria descrito mais ou menos assim:

(esta ação tem êxito, se determinadas marcas são produzidas, e este produto, por sua vez, tem êxito, se o céu esta azul)

Isto é, o agente impõe condições de satisfação (que o céu esteja azul) sobre outras condições de satisfação (que tais e tais marcas sejam produzidas). A concepção de Searle pode ser resumida assim: a essência da ação lingüística, a ação de significar, fica caracterizada como sendo a imposição intencional de condições de satisfação sobre objetos físicos - marcas ou sons vocais -, sendo estes objetos, por sua vez, condições de satisfação de ações. A pergunta "o que significa esta sentença" é então analisada como

“que condições de satisfação foram impostas sobre estas marcas (ou sons)?”.

A ação lingüística é sempre uma cadeia de atos de fala individuais, e cada ato de fala envolve a imposição de condições de satisfação sobre outras condições de satisfação.

A noção de condições de satisfação, ou a noção de êxito, é, nesta análise, uma noção primitiva.

Estes resultados nos ajudam a ver o que parece errado com o internalismo e com o externalismo.

O internalismo não vê que a questão central em filosofia da linguagem é a questão do significado. A possibilidade de se produzir e compreender uma sentença nunca antes vista sobre a face da Terra e o número teoricamente ilimitado de sentenças de uma língua são exemplos de questões que movem o internalismo. E são motivação para a postulação de coisas como gramática universal inata, computação cerebral e conhecimento tácito de regras abstratas de formação de sentenças. Mas tais questões não tocam basicamente a questão do significado. Significar continuaria sendo a imposição de condições de satisfação sobre condições de satisfação que são objetos físicos, mesmo numa língua que contivesse apenas dez sentenças. Não é de estranhar, portanto, que gramática universal, computação cerebral e conhecimento tácito não sejam relevantes - quanto mais suficientes - para explicar o que é significar.

O externalismo, por outro lado, sem dúvida reconhece que a questão do significado é a questão central em filosofia da linguagem. Mas quando conclui que significar não é algo mental a partir da premissa - verdadeira - de que significar é agir, comete uma falácia do tipo premissa falsa. Pois a premissa implícita, que agir não é algo mental, é falsa. Agir pressupõe consciência de condições intrínsecas de satisfação, o que é mental. Ironicamente, o externalismo parece pecar por psicologismo: só é capaz de conceber o mental sob a forma de vivências, sensações, imagens, etc. Mas a representação de condições de satisfação não envolve tal fenomenologia psicológica; aliás, parece mesmo não envolver absolutamente nenhuma fenomenologia. É grande a tentação,

portanto, de afirmar, com o externalista, que não há na verdade qualquer conteúdo mental essencial à ação, em geral, e à ação lingüística, em particular. Pois que conteúdo mental pode haver quando simplesmente ergo meu braço ou quando digo "o sanduíche esta ótimo"? Se há algum conteúdo mental, este parece estar sempre se esquivando à introspecção.

Mas, por outro lado, parece indiscutível que, em condições normais, sempre sabemos o que estamos fazendo. Quando o réu confessa o crime mas diz que não sabia o que estava fazendo, não quer certamente com isso dizer que não sabia que sua mão, na ocasião do crime, empunhava um certo objeto e realizava com ele um certo tipo de movimento.

É sem dúvida irrelevante para a discussão que haja casos de movimentos corporais distraídos, rotineiros, automáticos, inconscientes, cacoetes, etc.: basta que concordemos que há uma classe bem definida de casos em que sabemos o que estamos fazendo. Mas o que quer dizer exatamente aqui "saber o que estamos fazendo"? Com certeza não quer dizer que estamos sempre nos observando enquanto agimos. E no entanto somos normalmente capazes de responder à pergunta "o que você esta (ou estava) fazendo?" E como somos capazes disso se não estávamos nos observando? R. J. Pred desenvolveu recentemente a interessante noção de "introspecção baseada em consciência não-observacional"¹⁹. Como quer que seja, o que importa para a presente discussão é que sabemos o que fazemos, ainda que desconheçamos a natureza epistemológica e psicológica desta fato. Utilizando a expressão de Pred, podemos dizer que o que nos possibilita dar uma resposta satisfatória à pergunta "o que você esta fazendo?" é a introspecção baseada em consciência não-observacional. O agente tem sempre - nos casos relevantes - consciência não-observacional do conteúdo intencional de sua ação.

O tipo mais notável de agente é o falante. O conteúdo intencional na mente do falante tem, como vimos, uma complexidade característica: a imposição de condições semânticas sobre as condições físicas, sons ou marcas, da ação. Ao dizer, por exemplo,

“o sanduíche está ótimo”, o falante tem consciência não-observacional de que a condição de que o sanduíche esteja ótimo esta sendo imposta sobre as condições de êxito de sua produção vocal.

Normalmente, a complexidade da intenção real do falante vai muito além da complexidade especificamente lingüística. Alguém pode dizer “o sanduíche está ótimo” para puxar assunto com outra pessoa. Mas seja lá o que for o que move um ato de fala, mesmo motivos inconscientes do tipo “Freud explica”, uma coisa é certa: há no conteúdo intencional da ação um núcleo especificamente lingüístico, e este, ao contrário de desejos reprimidos, é consciente.

Para terminar, gostaria de chamar a atenção para uma importante consequência do quadro conceitual aqui apresentado. Costuma-se vincular a forma proposicional essencialmente ao pensamento discursivo, à linguagem natural, à linguagem do pensamento, etc. Mas, como vimos, a simples ação de erguer o braço envolve um conteúdo intencional. Ora, qualquer conteúdo intencional tem necessariamente a forma proposicional, já que representa condições de satisfação, isto é, representa o que deve ser o caso para que haja êxito, e “que algo é o caso” é precisamente a forma proposicional. A forma proposicional reflete a existência de condições de satisfação, isto é, de possibilidade de êxito, isto é, de intencionalidade. A explicação da forma proposicional através da linguagem ou do pensamento discursivo comete o equívoco de tomar a espécie pelo gênero: considera a espécie condições de verdade (ou assertibilidade) no lugar do gênero condições de satisfação. Mesmo formas não-lingüísticas de intencionalidade, como desejo e intenção, tem conteúdos proposicionais, já que tem condições de satisfação. Uma objeção imediata é que nossos desejos, por exemplo, têm forma proposicional porque toda a intencionalidade humana é, em última análise, realizada lingüisticamente. Para ver que esta objeção não é válida, basta lembrar que a análise da intencionalidade aqui apresentada se aplica inteiramente a bebês de colo e, mesmo, ao comportamento dos animais em geral - ao menos dos animais superiores. Quando um cachorro corre para buscar um objeto que lhe foi lançado, esta

sua ação apresenta um conteúdo proposicional com as condições requeridas para o êxito da ação, a saber, que o objeto seja alcançado. E o melhor amigo do homem tem consciência não-observacional deste conteúdo proposicional. Por isso não continua tentando alcançar o objeto após tê-lo alcançado, e continua correndo até alcançá-lo: justamente por saber o que é que conta como êxito de sua ação.

Resumindo: a natureza da forma proposicional fica explicada pela estrutura da intencionalidade, lingüística ou não, e o argumento para tal conclusão é basicamente:

1. Há intencionalidade, lingüística ou não, se e somente se coloca a questão da possibilidade de êxito ou fracasso.
2. A noção de êxito ou fracasso envolve logicamente a noção de condições a serem satisfeitas para que haja êxito.
3. Tais condições de satisfação têm a forma proposicional, pois representam o que deve ser o caso para que haja êxito, e a forma "que algo e o caso" é precisamente a forma proposicional.

A questão que temos que enfrentar agora, para finalizar, é: não é esta posição também um internalismo, e, nesse caso, sujeita a crítica semelhante à movida contra Chomsky e Fodor? Não, há uma grande diferença aqui. Searle não postula representações internas, computações cerebrais; quando ele diz que há representação de condições de satisfação na mente do falante, pretende que tal representação esteja, por assim dizer, no próprio nível concreto da ação lingüística. Mas como dar um sentido claro, não metafórico, à alegação de que há representações mentais que não são internas, mas estão no próprio nível da linguagem? A resposta de Searle, aqui, me parece inteiramente obscura: ele afirma que a intencionalidade mental é produzida no e pelo cérebro²⁰. Não vejo como neurônios, independentemente de quantos sejam e de quão maravilhosamente organizados estejam, sejam capazes de representar intrinsecamente condições de satisfação, de impor condições semânticas sobre sons vocais ou caracteres gráficos. É então o próprio quadro conceitual de Searle que nos obriga a rejeitar seu naturalismo biológico.

Mas como ficamos, então, se representações mentais não estão no cérebro? Consideremos a sugestão de Wittgenstein:

Nenhuma suposição me parece mais natural do que não há nenhum processo no cérebro correlacionado com associar ou pensar; de modo que seria impossível ler processos de pensamento nos processos do cérebro. Eu quero dizer o seguinte: se eu falo ou escrevo, existe, presumo, um sistema de impulsos saindo do meu cérebro e correlacionado com meus pensamentos falados ou escritos. Mas por que deveria o sistema continuar ainda na direção do centro? Por que não deveria esta ordem surgir, por assim dizer, do caos? O caso seria como o seguinte - certos tipos de plantas se multiplicam por semente, de modo que uma semente sempre produz uma planta do mesmo tipo daquela que a produziu - mas nada na semente corresponde à planta que sai dela, de modo que é impossível inferir as propriedades ou estrutura da planta a partir das da semente que sai dela - isto só pode ser feito a partir da história da semente. Assim, um organismo pode vir à existência a partir de algo bastante amorfo, como se não houvesse uma causa; e não há razão para que isso não seja realmente válido para nossos pensamentos, e, portanto, para nosso falar e escrever.²¹

Minha posição pessoal é a seguinte. Concordo com Wittgenstein que a linguagem não é explicada através de processos dentro do cérebro (embora haja, é claro, como ele reconhece, impulsos saindo do cérebro, que permitem o falar e o escrever). Mas discordo com ele no que diz respeito à inexistência de uma explicação causal na linguagem, isto é, na produção de significado. Se ele pretende que a inexistência de causalidade seja conclusão a partir da premissa da inexistência de processo cerebral, comete falácia do tipo "non sequitur". Se a inexistência de causalidade na significação é apenas uma intuição sua, tudo que posso dizer é que não corresponde a minha intuição pessoal. Acredito que a caracterização da significação lingüística como imposição, pela

mente, de condições de satisfação a sons vocais e marcas gráficas, é precisamente a caracterização do processo causal, não-cerebral, envolvido na ação lingüística.

Neste caso, penso eu, é preciso voltar a considerar seriamente o dualismo metafísico corpo-mente.

NOTAS

- (1) L. Wittgenstein, *Investigações filosóficas* (tradução de José Carlos Bruni, São Paulo: Abril, 1979 - Os Pensadores), p.222.
- (2) G. Ryle, *The concept of mind* (Londres: Hutchinson, 1949), p.30.
- (3) Op. cit. Citado por J. Fodor em *Representations* (Cambridge, Ma: The MIT Press/A Bradford Book, 1981), p.71.
- (4) N. Chomsky, *Rules and representations* (Nova Iorque: Columbia University Press, 1980), p.244.
- (5) Op. cit., p.66.
- (6) Op. cit., p.241.
- (7) Op. cit., p.236.
- (8) Op. cit., § 65 e 67.
- (9) Op. cit., p.253.
- (10) Cf. J. Searle, "Chomsky revolution in linguistics", *Hamburger Phonetische Beitrage* 13(1974)85-116, pp.106ss.
- (11) J. Locke, *Ensaio acerca do entendimento humano* (tradução de Anoar Aiex, São Paulo: Abril, 1978 - Os Pensadores), Livro III, cap.2.
- (12) Por exemplo, op. cit., § 19.
- (13) Cf. R. McDonough, "Towards a non-mechanistic theory of meaning", *Mind* 98,389(jan 1989)1-21.
- (14) G. P. Baker e P. M. 5. Hacker, *Scepticism, rules and language* (Oxford: Basil Blackwell, 1985), p.29.
- (15) E. Tugendhat, *Traditional and analytic philosophy* (tradução de P. A. Gerner, Cambridge: Cambridge University Press, 1982), p.152.
- (16) J. R. Searle, *Intentionality: an essay in the philosophy of mind* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985).
- (17) G. H. von Wright, *Explanation and understanding* (Londres: Routledge & Kegan Paul, 1971), p.115.
- (18) Op. cit., § 621.
- (19) R. J. Pred, "Introduction to a theory of intentional processes", tese de doutorado pela University of California, Berkeley, 1983.
- (20) Op. cit., cap.10 - Epilogue: Intentionality and the brain.
- (21) L. Wittgenstein, *Zettel* (Oxford, Blackwell, 1967), § 608. Citado por Chomsky, op. cit., p. 171, e por McDonough, op. cit., p.2.